

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 3.567, DE 2008

Institui o Dia Nacional da Defesa Civil.

Autor: Deputado **JOÃO PAULO CUNHA**

Relator: Deputado **WALDIR MARANHÃO**

I - RELATÓRIO

O presente projeto de autoria do Deputado João Paulo Cunha *institui o Dia Nacional da Defesa Civil*, a ser comemorado, anualmente, no dia 1º de fevereiro.

Na Justificação destaca o Autor:

“ Em todo o mundo a Defesa Civil, se organiza em sistemas abertos com a participação dos governos locais e da comunidade no desenvolvimento de ações preventivas e de resposta aos desastres.”

Nesta Comissão de Educação e Cultura foi aberto o prazo para recebimento de emendas, no período de 30/06/2008 a 09/07/2008. Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Defesa Civil é sinônimo de solidariedade. É união de forças, é cooperação de muitos em ações preventivas ou de respostas imediatas a desastres, na forma de ajuda humanitária, nas calamidades

públicas, nas situações de emergência, nos desastres, nas ações de socorro e no restabelecimento da normalidade social.

As primeiras ações civis dirigidas para a defesa da população, de que se tem registo, foram as realizadas na 2ª Guerra Mundial. Países como a Inglaterra, nos ataques sofridos entre 1940 e 1941, o Japão, após as explosões das duas bombas atômicas e a Alemanha, após os gigantescos bombardeios, tiveram importante participação da sociedade civil no socorro às vítimas.

No Brasil, após o afundamento, na costa brasileira, dos navios de passageiros Arara e Itagiba, quando o governo brasileiro declarou guerra às nações do Eixo, foi criado o primeiro esboço de Defesa Civil, quando do atendimento das 56 vítimas em consequência dos naufrágios forçados. Estabeleceu-se o Serviço de Defesa Passiva Antiaérea, depois alterado para Serviço de Defesa Civil, em 1943, vinculado ao antigo Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Nesta ocasião foram criadas diretorias regionais de Defesa Civil nos Estados, Territórios e no Distrito Federal. A primeira defesa civil estadual foi organizada na Guanabara, em 1966, em consequência de uma grande enchente. O Ministério do Interior, criado em 1967, assumiu a assistência e defesa permanente das populações atingidas por calamidades públicas em todo o território nacional. Em 1988 foi criado o Sistema Nacional de Defesa Civil, SINDEC, sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional, reorganizado em agosto de 1993 e atualizado em 2005 quando da edição do Decreto Nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005.

A realidade brasileira pode ser caracterizada pela freqüência dos desastres naturais cíclicos, especialmente as inundações em todo o País, seca na região Nordeste e um crescente aumento de desastres humanos, devido ao crescimento urbano desordenado, às migrações internas e ao fenômeno de urbanização acelerada sem a disponibilidade dos serviços essenciais.

Um dos trágicos episódios ocorridos em nosso País foi o incêndio com o Edifício Joelma, atualmente denominado Edifício Praça da Bandeira, na cidade de São Paulo, em 1 de fevereiro de 1974. Um curto-circuito em um ar condicionado do 12º andar provocou um incêndio que se espalhou por todo o edifício, vitimando várias pessoas, 187 mortos e centenas de feridos. Estavam no local cerca de 756 pessoas. Naquela época, a cidade ainda recordava intensamente a tragédia do Edifício Andraus, em 1972.

A falta de coordenação dos órgãos públicos e de associações civis organizadas impossibilitaram uma ação imediata que minimizasse os efeitos provocados pelo fogo, com ações preventivas ou emergenciais. Mesmo assim louvamos a atitude dos que trabalharam em meio as adversidades, destacando a ação dos bombeiros, voluntários, médicos, enfermeiros e policiais.

O presente projeto resgata o episódio ocorrido na cidade de São Paulo, para ao lembrá-lo, identificar uma data, em que a Defesa Civil possa ser homenageada, como prevenção, socorro, assistência e recuperação, evidenciando a importância do trabalho integrado entre governo e comunidade e que nunca mais ocorra algo semelhante por falta de pessoal, equipamento ou organização.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do PL nº 3.567, de 2008.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado **WALDIR MARANHÃO**

Relator